

OPORTUNIDADES DE TRABALHO E A MIGRAÇÃO RURAL-URBANA NO ESPÍRITO SANTO

Submetido em 18 de janeiro de 2019

Aceito em 10 de abril de 2019

Ednelson Mariano Dota

ednelsondota@gmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória – Espírito Santo - Brazil

Resumo

A migração rural-urbana, apesar das mudanças quantitativas e qualitativas verificadas nas últimas décadas, permanece intensa no Brasil e em grande parte do mundo. O objetivo deste trabalho é analisar as causas da emigração nas áreas de esvaziamento demográfico no Espírito Santo, mais especificamente conjuntos de municípios que apresentaram saldo migratório negativo na segunda metade da década de 2000. Para categorização dos municípios utilizou-se o índice de eficácia migratória, dividindo-os em áreas de evasão, circulação e retenção a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010. Como resultado verificou-se que a emigração concentra-se em municípios com economia predominantemente rural, explicada pela redução das oportunidades de emprego no campo e pelo empobrecimento relativo desses municípios, que impacta a qualidade de vida dos residentes e as perspectivas de vida dos jovens.

Palavras-chave: Migração; Êxodo rural; Trabalho; Agricultura.

JOB OPPORTUNITIES AND RURAL-URBAN MIGRATION IN ESPÍRITO SANTO

Abstract

The rural-urban migration, despite the quantitative and qualitative changes observed in the last decades, remains intense in Brazil and in much of the world. The purpose of this paper is to analyze the causes of emigration in the areas of demographic depletion in the state of Espírito Santo, specifically sets of municipalities that presented a negative migratory balance in the second half of the 2000s. To categorize the municipalities we use the index of migratory efficacy, dividing them into areas of evasion, circulation and retention with the microdata of Brazilian Demographic Census of 2010. As result, we verify that the emigration is concentrated in municipalities with predominantly rural economy, explained by the reduction of employment opportunities in the countryside and by the relative impoverishment of these municipalities, which impacts the quality of life of the residents and the life prospects of the young people.

Key-words: Migration; Rural exodus; Employment; Farming.

Introdução

A migração continua a movimentar relevante contingente de pessoas rumo às cidades anualmente, tanto no Brasil como em países em todos os continentes. Se na escala internacional o cruzar fronteiras implica fortemente em questões políticas, além das econômicas e sociais, nos movimentos internos as menores barreiras, que facilitaríamos a mobilidade, contrastam com as questões da vida cotidiana, do morar, do alimentar-se, do trabalhar etc.

No Brasil, os fluxos de migração campo-cidade atingiram o auge na década de 1970, representados principalmente pelos movimentos inter-regionais que alimentaram a urbanização. O arrefecimento do movimento em décadas posteriores, entretanto, ocorreu não pela redução da mobilidade campo-cidade, que continua relevante, mas pelo crescimento e posterior predominância dos fluxos entre áreas urbanas e de curta distância, fato associado à própria transformação vivida pelo país.

Apesar de, internamente e devido ao alto grau de urbanização, parte dos estudiosos da migração ter relegado o debate para segundo plano (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998), o fenômeno continua importante e atual, visto que grande parcela da população brasileira e mundial ainda reside nas áreas rurais com tendência histórica de se deslocar para as áreas urbanas (TACOLI; MCGRANAHAN; SATTERTHWAITTE, 2008).

No Brasil esse debate interessa a boa parte dos municípios, sobretudo os demograficamente pequenos e interioranos, cuja economia tem no setor primário parcela considerável das ocupações e da produção de riqueza. Postos de trabalho e riqueza, entretanto, não necessariamente estão diretamente correlacionadas - pode-se gerar muita riqueza no campo com poucos trabalhadores, como nas grandes monoculturas de grãos voltadas, ou gerar menos riquezas empregando grande volume de mão de obra, em pequenas propriedades cuja produção se utiliza de outros métodos e técnicas – inviabilizando uma análise simplista e linear dos processos.

Diante do exposto e, considerando o contexto de maior integração e interação entre as áreas urbanas e rurais atualmente, o objetivo deste artigo é analisar quais são os principais condicionantes associados à emigração de municípios com economia predominantemente rural. Para tanto, o recorte espacial escolhido é o Estado do Espírito Santo, que apresenta alta proporção de pessoas ocupadas no setor primário da economia, junto a uma dinâmica região metropolitana, um litoral que tem recebido investimentos vultosos e se modernizado e um interior - não distante

do litoral pela forma alongada do seu território - que apresenta tanto produção monocultora em larga escala, como os eucaliptos de empresas de celulose, como grande número de pequenas propriedades familiares. Esses múltiplos elementos, distribuídos entre 78 municípios e confinados na terceira menor UF (Unidade da Federação) em extensão territorial (46.095 Km²), permitem verificar a dinâmica espacial dos fluxos emigratórios e as possíveis relações estabelecidas entre essas porções territoriais heterogêneas.

O desenvolvimento da argumentação segue o debate acerca da migração no Brasil e da modalidade campo-cidade. A definição do urbano e rural, para além de uma visão dicotômica, parte da estrutura produtiva dos municípios, enfatizando o papel da economia na vida cotidiana e consequentemente nas decisões quanto a migração, que se entende também como uma estratégia de vida.

A migração: entre o rural e o urbano

O debate sobre os movimentos migratórios até a década de 1970 esteve fortemente atrelado aos movimentos campo-cidade. Na leitura de Singer (1976) destaca-se a análise da migração enquanto historicamente condicionada e fortemente associada ao processo de industrialização que o país vivia. A industrialização e a urbanização modificava a organização espacial dos objetos e criava as desigualdades regionais, que para o autor estava na base da migração.

A reflexão permeava a dinâmica espacial do capitalismo: a concentração dos investimentos industriais em algumas porções territoriais levava ao empobrecimento relativo de outras pelos limitados efeitos de difusão. Nesse contexto, o nível de vida da população permanecia baixo, assim como os horizontes culturais e as oportunidades econômicas/laborais. Desta leitura nascem os efeitos de expulsão, divididos entre os fatores de mudança e estagnação. No primeiro, seria a introdução das relações capitalistas no campo que reduziriam as oportunidades laborais; no segundo, era a pressão do crescimento demográfico frente aos recursos, principalmente terra para produzir, que expulsariam as pessoas (SINGER, 1976).

Pacheco e Patarra (1998) apontaram os limites desta contribuição, que contemplava uma etapa particular do desenvolvimento, de alto crescimento demográfico e predominância dos fluxos campo-cidade, com inserção produtiva dos migrantes pela industrialização, além do caráter excessivamente economicista pela determinação da migração puramente como resultado da

reprodução do capital. As novidades observadas a partir da década de 1980 colocaram em xeque essa e outras abordagens teóricas, principalmente pela alteração na dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro.

Os limites explicativos dos aportes economicistas apontados por Pacheco e Patarra (1998) ficam explícitos na interpretação de Brito (2009), para quem a modificação da forma de reprodução do capital reduziu a necessidade do deslocamento de pessoas e, apesar disso, estes continuaram. Bailey (2005) aponta que a emergência da globalização e do fortalecimento das relações internacionais está na base destas modificações e, para os estudos populacionais e principalmente migratórios, colocou em evidências outros fatores explicativos, sobretudo os sociais e culturais, que passaram a dividir a importância com os já tradicionais fatores políticos e econômicos.

A dificuldade de interpretação dos resultados da migração pelas teorias econômicas tradicionais até então ficou explícita em estudos pós-1980: Cunha (1999) identificou aumento do retorno migratório nas trocas entre São Paulo e a Bahia na década de 1980. Apesar de apontar a crise econômica como fator principal, os dados não confirmaram as hipóteses levantadas, tendo o autor enfatizado a limitação dos dados censitários para tais análises. Cunha e Baeninger (2007, p.36), na mesma direção, apontaram a dificuldade de interpretação das tendências migratórias da década 1990, e que se observava por parte dos pesquisadores a indicação de outros caminhos teórico-metodológicos na tentativa de interpreta-los.

Para Brito (2009) até a década de 1970 a migração estava articulada à mobilidade social. Esta articulação teria deixado de existir e por consequência mudado o padrão migratório e as teorias explicativas anteriores. O autor reforça que novidades, como a facilidade de comunicação e interação providas pela tecnologia, serviram para divulgar o fim das virtudes e o real contexto de vida das grandes cidades brasileiras.

Na análise dos fluxos interestaduais desde a década de 1960, ao observar uma relativa manutenção das origens e destinos dos principais fluxos migratórios em nível nacional, Brito (2015) reforça o aspecto social e cultural na explicação dos movimentos.

O padrão migratório, como o modo de articulação entre as trajetórias e a dinâmica da economia e da sociedade, tem flexibilidade para se adaptar às novas necessidades desta dinâmica, realinhando as suas trajetórias. Mas, como as trajetórias são caminhos estruturais e têm, portanto, uma dimensão social e cultural, um fator inercial pode mantê-las, mesmo que as condições objetivas da

economia e da sociedade já não precisem tanto da força de trabalho que transita por elas. (BRITO, 2015, P.13)

A força inercial, assentada tanto na persistente desigualdade social como na enraizada cultura da migração promoveria a manutenção das origens e destinos, com a diferença de que não há, como antes, localidades ganhadoras ou perdedoras de população claramente definidas, ao menos quando se observam as trocas entre áreas urbanas.

A evolução dos debates aponta que considerar aspectos sociais e culturais para análise da migração mostra-se cada vez mais relevante, visto o contexto heterogêneo e desigual que marca cada porção do território. No caso de movimentos com origem no interior predominantemente rural tal perspectiva parece influenciar consideravelmente os fluxos, como se verá a seguir.

A emigração e as áreas rurais

O debate sobre emigração nas áreas rurais geralmente está associado ao esvaziamento do campo, numa perspectiva semelhante ao contexto observado décadas atrás, que foi base para a construção de teorias sobre a migração interna, mas novidades estão sendo observadas e o debate tem se renovado. Camarano e Abramovay (1998) reforçaram que, para além do esvaziamento, verificava-se “trunfos” nas áreas rurais, citando os resultados observados no Censo Demográfico de 1991 como o declínio da emigração nas Regiões Sul e Sudeste (e a continuidade no Nordeste), além do envelhecimento e da masculinização crescente.

Os autores viam o estancamento da emigração no Sul e Sudeste também ligado à pequena parcela da população ainda residente nas áreas rurais. Ao mesmo tempo, apontavam preocupação com a seletividade migratória, sobretudo de mulheres e jovens, que culminariam em desafios sociais pelo envelhecimento e redução da capacidade produtiva (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998).

Davis (2006), ao analisar o acelerado crescimento urbano da segunda metade do século XX, destaca a relevância dos movimentos campo-cidade. Dentre os vários exemplos elencados, chama atenção a observação de que em muitos casos, mesmo com a economia urbana em baixa, não houve redução ou reversão da migração campo-cidade, indicando que não seria a área urbana que atrairia, mas a área rural que continuaria a expulsar seus moradores.

Para Ojima (2013), a migração para as cidades é inevitável e políticas que visem impedir o movimento são ineficientes, reforçando que as mais coerentes são as que evitam abordagens dicotômicas entre urbano e rural. Tacoli, McGranahan e Satterthwaite (2008) destacam o relativo consenso entre economistas e estudiosos do urbano do impacto positivo da urbanização para o desenvolvimento econômico e social. Para eles, a crescente visão sobre a necessidade de controlar o movimento rural-urbano viria de uma avaliação incorreta de que o movimento geraria ainda mais pobreza nas cidades.

A visão integrada do urbano e rural parte do pressuposto de que o desenvolvimento de um pode impactar positivamente o outro, pela demanda do urbano por produtos da área rural com maior valor agregado, por exemplo. Ao mesmo tempo, a “modernização conservadora” (BOECHAT; KLUCK, 2017) que expropria terras, que aumenta a competição por água, que reduz os postos de trabalho, geralmente orientada para o mercado externo em produção monocultora de larga escala pode aumentar a pobreza rural, gerando fluxos migratórios para as cidades numa dinâmica que culmina também no aumento da pobreza urbana (TACOLI; MCGRANAHAN; SATTERTHWAITE, 2008).

Buinain et al. (2014) relativiza os fatores de expulsão na dinâmica rural recente, afirmando que o que determina a migração seria a “sociabilidade”. Defendem tal perspectiva usando o seguinte exemplo:

No Nordeste rural se observa um processo de esvaziamento associado, de um lado, à inviabilidade econômica do minifúndio e às profundas disparidades de qualidade de vida entre os meios rural e urbano; e, de outro, às novas oportunidades de trabalho no meio urbano e regional e às expectativas e demandas pela vida urbana, criadas pela reconfiguração da sociedade rural mencionada anteriormente (BUINAIN et al., 2014, p.119).

Se os fatores sociais e culturais ganham espaço nas interpretações, deve-se, de todo modo, tomar cuidado com a excessiva relativização do fator econômico, que é a base de sobrevivência das pessoas. Em outra passagem esse excesso fica evidente: “[...] a emergente sociabilidade é o que determina, de fato, os padrões migratórios – e não mais os fatores de expulsão discutidos naquela literatura” (BUINAIN et al., 2014, p.116).

Tal perspectiva aponta para um desejo pelo modo de vida urbano como preponderante. Para Boechat e Kluck (2017), debatendo a perspectiva de Buinain, o avanço da produção moderna

e a consequente dispensa de trabalhadores é o que gera o desequilíbrio e resulta no esvaziamento demográfico do campo. Resultado semelhante é apontado por Jurado e Tobasura (2012), que identificaram que o desaparecimento dos minifúndios e a concentração de terras deterioraram a qualidade de vida, aumentaram a pobreza e culminaram em fluxos emigratórios na área rural de várias partes da Colômbia.

Silvestro et al. (2001) defendem que a idealização da cidade teria um papel menos relevante na migração do que a falta de perspectivas do meio rural. Zago (2016), analisando a relação entre a migração/permanência na agricultura e a demanda por educação, coloca em evidência a falta de perspectiva como fator, a dificuldade de sucessão e o próprio incentivo dos pais para a não continuidade.

Sem excluir a influência de outras dimensões da realidade social e cultural, é possível levantar a hipótese de que o pequeno produtor rural, vendo-se impossibilitado de transmitir a herança da terra, conforme tradição cultural nas regiões do sul do país, reforçado ainda pelo sentimento de crise da agricultura familiar, sente-se responsável por conduzir os filhos para outro ramo de atividade (ZAGO, 2016, p.14)

Junto às dificuldades de manutenção no campo por questões produtivas, a autora também aponta a idade como um fator importante, já que captou nos jovens uma “inclinação” à vida urbana. Para Jurado e Tobasura (2012, p.73), o forte interesse dos jovens nas áreas urbanas estaria assentado na perspectiva de melhor qualidade de vida. De todo modo, permanecia uma vinculação afetiva com as áreas rurais ao ponto de viverem o dilema entre “migrar a la ciudad en busca de la realización personal o disfrutar del campo”.

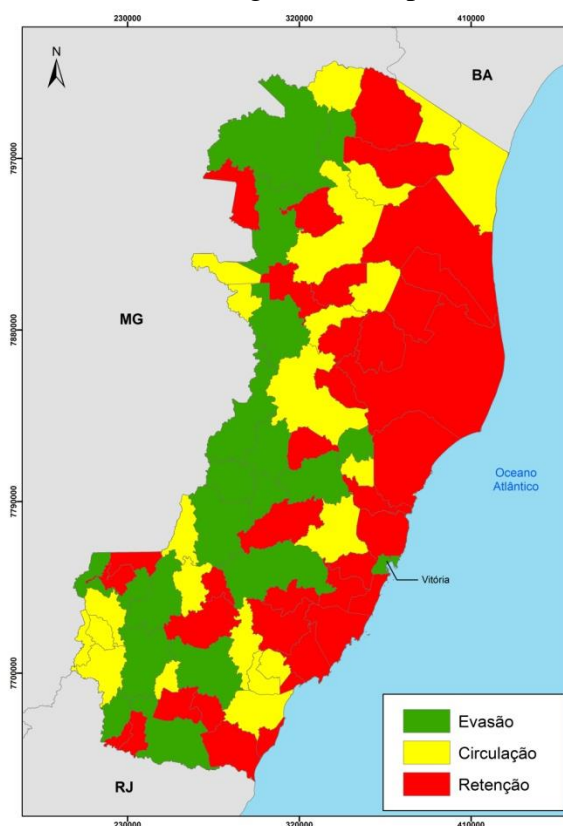
O debate da emigração nas áreas rurais parece indicar dois pontos-chave: primeiramente, de uma maneira geral, há uma continuidade da saída das pessoas no campo; segundo, quanto aos fatores que explicam essa saída, junto às questões econômicas historicamente elencadas como resultado da modernização, hoje também questões de identidade, pertencimento e perspectivas desempenhariam papel relevante.

Materiais e métodos

Optou-se inicialmente pela identificação dos municípios do Estado do Espírito Santo que apresentaram perda de população via migração. Para tal, foi calculado o saldo migratório municipal a partir dos dados de data-fixa (2005-2010) do Censo Demográfico de 2010. A partir

do saldo migratório chegou-se ao índice de eficácia migratória (IEM), que permitiu categorizar os municípios como de evasão, de circulação ou de retenção¹. Os municípios de evasão foram aqueles com IEM entre -1 e -0,10; os municípios de retenção apresentaram IEM entre 0,10 e 1,0 e, por fim, os de circulação com IEM entre -0,09 e 0,09. A classificação dos municípios pode ser observada no Mapa 1, que evidencia uma espacialização bem marcada quanto às áreas de evasão e de retenção: à oeste estão localizados principalmente os municípios que apresentaram evasão, 19 no total; na costa a maior parte dos municípios se classificaram como de retenção (36 municípios), enquanto na porção central do estado, quase que dividindo os dois grupos anteriores, estão os municípios classificados como de circulação, que foram 23 no total.

Mapa 1. Índice de eficácia migratória. Espírito Santo, 2005-2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais do autor.

¹ Este índice tem sido utilizado em grande medida nos estudos de migração pela inteligibilidade e síntese que propicia, e é construído a partir do seguinte cálculo: $(\text{imigração} - \text{emigração}) / (\text{imigração} + \text{emigração})$, e o resultado varia de +1, ou seja, retenção total dos migrantes a -1, expulsão total.

Na análise optou-se por reclassificar o município de Vitória: apesar do mesmo ter apresentado IEM de -0,22, esse resultado está atrelado à dinâmica metropolitana, de desconcentração de população para municípios do entorno imediato (CAMPOS JÚNIOR; GONÇALVES, 2009; DOTA; FERREIRA, 2018), fato que afetaria consideravelmente os resultados. Diante disso, o município foi realocado no grupo de retenção, já que os municípios do entorno imediato, com quem divide a dinâmica migratória, estão nesse grupo.

A opção por categorizar os municípios em relação à sua dinâmica migratória em vez das pessoas segundo sua respectiva área de assentamento foi uma escolha pela escala do fenômeno, como preconiza Brenner (2013[2005]), municípios que apresentaram evasão via migração neste caso. Diante disso e, considerando a limitação da categorização dicotômica urbano/rural (CHAMPION; HUGO, 2004), optou-se por analisar a dinâmica municipal a partir da proporção da força de trabalho ocupada em atividades primárias, secundárias e terciárias, classificando pelos setores de atividade a partir da CNAE domiciliar em agricultura, indústria, comércio, serviço e outros².

Como forma de aprofundamento foi realizado um trabalho de campo no município de Afonso Claudio, que apresentou no período analisado o menor IEM dentre os 19 municípios com evasão (-0,45). Ademais, o município apresentou saldo migratório no período 2005-2010 de -2,1 mil pessoas, que culminou na redução da população total em 1,1 mil pessoas em 2010 em comparação com 2000. Neste foram visitados três bairros distintos, considerando a heterogeneidade socioeconômica, e aplicados 265 questionários, um por domicílio direcionado ao responsável. O questionário continha questões sobre as características sociodemográficas do responsável, a condição de trabalho no momento da pesquisa, perspectivas de educação e trabalho no município, experiência de migração na família e perspectivas de migrar nos próximos meses ou anos.

² Em “outros” estão as atividades que não puderam ser corretamente definidas dentro das opções da Classificação nacional de atividades econômicas em sua versão domiciliar (CNAE-Dom), utilizada pelo IBGE no Censo Demográfico brasileiro.

Trabalho, perspectivas e emigração no Espírito Santo

A história do Espírito Santo está intimamente ligada aos fluxos migratórios, sobretudo a partir da chegada dos imigrantes europeus em meados do século XIX. Segundo Castiglioni (2009), em virtude da grande disponibilidade de terra, a ocupação do estado se deu de modo particular, fundado na cultura do café e em pequenas propriedades, que fez do estado aquele com menor concentração de terras no Brasil na década de 1950.

A partir da segunda metade do século XX a migração teve grande repercussão para a reorganização socioespacial da população. O início dos grandes fluxos campo-cidade foi resultado da política de erradicação de cafezais que impactou decisivamente a dinâmica econômica no período (SIQUEIRA, 2009). A desestruturação da vida cotidiana ou, nas palavras de Castiglioni (2009), o desmonte da estrutura agrária que era a base da economia do estado há mais de um século levou ao deslocamento de milhares de pessoas do campo para as cidades e para outras unidades da federação.

Desde o início dessa desestruturação alguns municípios do interior passaram a apresentar taxas de crescimento negativas. Segundo Castiglioni (1989), os investimentos espacialmente seletivos dos governos, focados substancialmente na região metropolitana e em municípios litorâneos próximos contribuíram para o aprofundamento das diferenças em relação aos municípios do interior. Parte desses investimentos focou na construção de unidades empresariais de grande porte, como foi o caso da Companhia Siderúrgica de Tubarão, que atraiu inclusive migrantes de outras UFs (ZANOTELLI, 2000).

Após tamanhas transformações, alguns padrões puderam ser observados: os municípios costeiros são aqueles com economia mais dinâmica e que receberam os maiores investimentos nas últimas décadas, localização inclusive da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Esse eixo produtivo tem sido potencializado nas últimas décadas pelos investimentos do setor petrolífero (ZANOTELLI; DOTA; FERREIRA, 2017), tendo concentrado 91,4% dos investimentos realizados no estado no período 2008-2011 (IJSN, 2013) e com previsão de concentrar outros 84,6% dos investimentos do período 2015-2020 (IJSN, 2016).

Na fronteira com Minas Gerais (à oeste) estão os municípios predominantemente rurais. No Noroeste, inclusive pelo relevo menos acidentado, está a área com estrutura fundiária mais

concentrada, e grande parte dos municípios na condição de evasão na porção mais à sudoeste fazem parte da região serrana do estado.

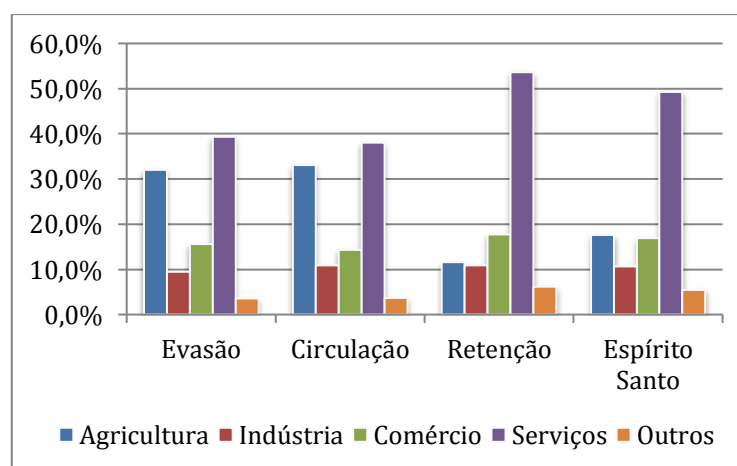
Diante desse quadro, poderíamos associar a condição de município com evasão no Espírito Santo à predominância da estrutura produtiva rural? Os resultados apontam que sim.

Para Castiglioni (2009, p.102), as contínuas taxas de crescimento negativas observadas refletiam a decadência e a estagnação dos municípios interioranos sendo que a permanência desse resultado ao longo do tempo (40 anos para alguns municípios) revela um limite estrutural por detrás dos movimentos. Em relação ao Mapa 1, inclusive, cabe destacar que se trata de um período de crescimento econômico com geração de empregos formais no país como um todo e, apesar disso, a emigração foi consistente em parte relevante dos municípios do interior do estado.

Na Figura 1 pode-se visualizar a estrutura produtiva dos grupos de municípios segundo a classificação do índice de eficácia migratória. No estado como um todo o setor de serviços empregava em 2010 49,3% da população, seguido pela agricultura (17,7%), comércio (16,9%), indústria (10,7%) e outros (5,5%).

Tal distribuição, entretanto, mostra-se consideravelmente diferente entre os grupos de municípios. O principal destaque está na proporção de pessoas ocupadas na agricultura, que nos municípios do grupo evasão e circulação correspondiam a aproximadamente um terço do total em 2010, enquanto nos municípios do grupo retenção apenas 11,1%.

Figura 1. Proporção da população ocupada segundo atividade econômica. Espírito Santo, 2010.



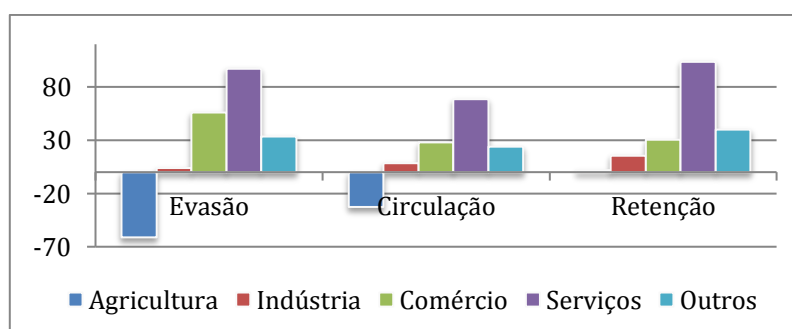
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais do autor.

Essa diferença, de todo modo, é esperada, visto que no grupo retenção estão os municípios com economia mais dinâmica do estado, o que segue o padrão observado nacionalmente. A alta proporção de pessoas ocupadas na agricultura no grupo retenção pode ser explicada por dois motivos: primeiro, porque alguns municípios do interior foram classificados neste grupo e, em segundo, porque as ocupações na agricultura são relevantes em todo o estado, a não ser nos principais municípios da RMGV (Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica) pelos altos níveis de urbanização.

A diferença observada na Figura 2, sobretudo quanto a importância da agricultura, foi amenizada ao longo da década de 2000, isso porque os municípios do grupo evasão perderam no período aproximadamente 14,3 mil postos de trabalho neste setor, o que representava 14,6% das 102,2 mil pessoas ocupadas em 2000 nesse setor nesses municípios.

Essa redução da população ocupada na agricultura foi verificada também nos municípios de circulação, com menor intensidade. Na Figura 3 pode ser observada a variação ponderada para cada grupo de município e para os cinco setores de atividade considerados. Destaca-se, nesta análise, a redução de 61 postos de trabalho na agricultura dos municípios de evasão a cada mil pessoas ocupadas, redução esta que alcançou o volume de 32 nos municípios de circulação. Nos municípios de retenção não houve redução, mas aumento em maior nível em quase todos os setores de atividades quando comparados aos outros dois grupos, exceto no comércio.

Figura 2. Variação da população ocupada segundo atividade econômica ponderada pela população em idade ativa média (PIA - 15 a 64 anos) por mil. Espírito Santo, 2000-2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Tabulações especiais do autor.

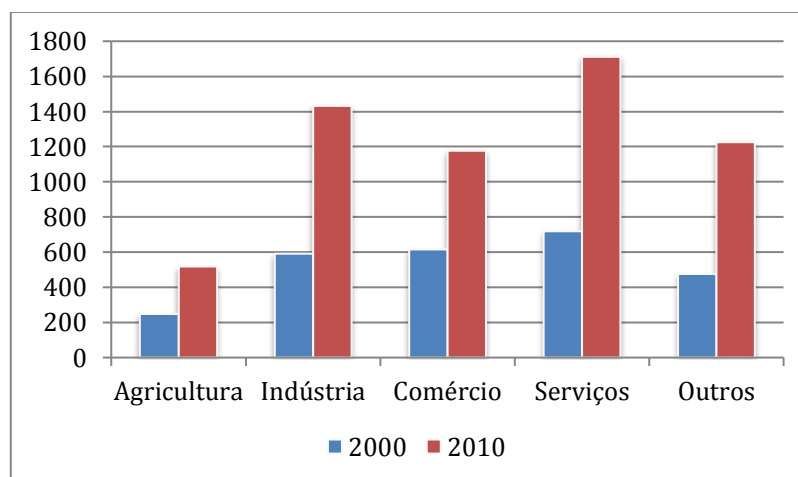
No total, entre 2000 e 2010 houve um aumento de 128,7 pessoas ocupadas para cada mil nos municípios de evasão, 95,7 nos municípios de circulação e 190,7 nos municípios de retenção, ou seja, consideravelmente maior neste último em relação aos primeiros. Nesse sentido, apesar do crescimento real no volume de pessoas ocupadas ao longo da década de 2000, a decadência das oportunidades na agricultura está no cerne da dos fluxos emigratórios: em se tratando do principal setor econômico de grande parte destes municípios³, a considerável redução no número de ocupados aponta para impactos que vão além da própria agricultura, afetando também outros setores de atividade desses municípios. A decadência dos municípios interioranos apontada por Castiglioni (2009) resulta, nesse sentido, da decadência das oportunidades laborais na agricultura.

Cabe destacar, de todo modo, que exclusivamente a variação do nível nas oportunidades empregatícias não dá conta de explicar o fenômeno migratório no estado, tanto a evasão, de um lado, quanto a retenção, de outro. A análise da estrutura produtiva dos municípios não apresenta o tipo de trabalho desenvolvido em cada porção, o nível de qualificação exigido e os salários pagos. Tal diferença, qualitativa, pode reforçar as evidências da relação entre a emigração e a predominância da agricultura e das atividades rurais dos municípios ou, de outro modo, da evasão populacional como resultado da estagnação econômica, que pode estar relacionada com a falta de perspectivas como apontado por Jurado e Tobasura (2012), e Zago (2016).

A variação dos salários médios pagos em valores nominais entre os anos de 2000 e 2010 (Figura 3) segundo os setores de atividade evidenciam a discrepância existente entre os trabalhadores da agricultura e dos outros setores: nos dois períodos, os trabalhadores ocupados em atividades da agricultura recebiam salários menores e, em 2010, houve um aprofundamento dessa diferença. De modo geral, em valores nominais, em 2010 a renda média das pessoas ocupadas na agricultura era semelhante à dos trabalhadores dos outros setores dez anos antes, o que revela a defasagem salarial desta atividade.

³ O município de Cachoeiro de Itapemirim impacta decisivamente a proporção de trabalhadores em cada um dos setores de atividade, tanto por ser demograficamente grande frente aos outros (concentrava 33,9% do total de população do grupo evasão em 2010) como também por ter apenas 2,3% do pessoal ocupado na agricultura. Excluindo este município do grupo evasão, a proporção de pessoas ocupadas na agricultura passa a predominar, saltando para 44,8% e nos serviços há um recuo para 34,1%.

Figura 3. Valor médio do salário pago no trabalho principal segundo a atividade. Espírito Santo, 2000-2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Tabulações especiais Laburp/UFES.

A diferença de rendimento entre os setores deve levar em conta, obviamente, uma peculiaridade da atividade na agricultura: em muitos dos casos, sobretudo quando o trabalhador é proprietário da terra, parte do cultivo serve à própria alimentação e a necessidade do rendimento acaba relativizada quando comparadas as outras atividades. De todo modo, tal discrepância serve como quadro que reforça a diferença salarial do trabalho no campo e o possível desinteresse pela permanência, sobretudo dos mais jovens.

Analisando as trocas migratórias dos dezoito municípios do grupo evasão no período 2005-2010, conforme a Tabela 1, é possível perceber que 95,8% do saldo migratório negativo resultava das trocas intraestaduais, sobretudo com os municípios do próprio interior (61,5%). Outro ponto de destaque é que, mesmo a maior parte destes municípios estando localizados mais próximos a Minas Gerais (Figura 1), só houve saldo migratório positivo nas trocas com a Bahia (621 pessoas). Os dados das trocas da Tabela 1 encontram respaldo nos resultados do trabalho de campo realizado no município de Afonso Claudio.

Tabela 1. Imigração, emigração e saldo migratório dos municípios com evasão de população. Espírito Santo. Municípios do grupo evasão, 2005-2010.

		Imigração	Emigração	Saldo
Intraestaduais	RM	5.199	11.519	-6.320
	Outros	12.888	24.218	-11.330
	Total	18.087	35.737	-17.650
Interestaduais	Bahia	1.068	447	621
	Rio	3.111	3.573	-462
	Minas	3.022	3.688	-666
	Outros	1.471	1.735	-264
	Total	8.672	9.443	-771
Total geral		26.759	45.180	-18.421

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Tabulações especiais Laburp/UFES.

Durante as entrevistas, inúmeros relatos tratavam da qualidade de vida de morar nas cidades interioranas, sempre relacionadas à tranquilidade, ao sossego e as boas relações com a vizinhança, expressando nas falas uma visão dualista entre a tranquilidade do interior e a falta dela na “cidade grande”. A qualidade de vida no interior, patente nessas expressões sobre as dimensões da vida cotidiana, reforça a vinculação afetiva com o lugar apresentado por Jurado e Tobasura (2012) que, a nosso ver, pode ser fator chave para compreender as maiores trocas com outros municípios do interior.

Em outro quesito analisado se percebe indicação semelhante: dentre a parcela de domicílios cujo responsável indicou pretensão de se mudar (20,3%) do município nos próximos meses ou anos, 53,7% apontaram municípios do interior do Espírito Santo como possível destino (40,7% para cidades vizinhas e 13,0% para outros municípios do interior). A capital e sua região metropolitana foram indicadas por 35,2% das pessoas, enquanto municípios de outras UFs apareceram como destino para outros 11,1%.

Considerando que parcela considerável dos responsáveis pelo domicílio afirmou pretender permanecer no interior e, principalmente nos municípios próximos, pode-se afirmar que o fator por detrás da emigração parece não ser a fuga do rural, mas da falta de oportunidades e de perspectivas geradas pela desestruturação dele no atual local de moradia e, de forma mais ampla,

em parte considerável do interior do Espírito Santo. A indicação de municípios vizinhos por 40,7% sinaliza a intenção de permanecer em contexto de vida relativamente semelhante.

Os motivos apresentados para a intenção de emigrar reforçam esse entendimento. As motivações relacionadas ao trabalho (54,2%), seguido por qualidade de vida (25,4% - que juntos representam 79,6%) pode ser associado à baixa perspectiva profissional e evidencia um problema estrutural: a redução das oportunidades na agricultura somadas aos baixos investimentos recebidos por estes municípios que geram menos possibilidades. Considerando, ademais, que essa situação perdura por décadas, pode-se compreender a falta de perspectivas de permanência das famílias e principalmente dos jovens. Outras categorias citadas para a emigração foram busca por oportunidades em educação (18,6%) e acompanhar a família (1,8%).

Por fim, outro resultado do questionário reforça a falta de perspectivas: no quesito “Há oportunidades de crescimento profissional para os jovens nesta cidade?”, 76,6% responderão não, 13,6% sim e outros 9,8% não souberam responder, sendo que este resultado não apresentou variação estatisticamente significativa com a idade.

Considerações finais

A decadência e estagnação demográfica de parcela dos municípios do interior do estado do Espírito Santo, expressas tanto nas taxas de crescimento populacional como no saldo migratório negativo, parecem fortemente relacionados à decadência da agricultura enquanto campo de trabalho. Não se pode falar em decadência da agricultura enquanto setor econômico, já que a modernização do campo historicamente o torna lugar de maior produtividade e renda, mas tem como saldo a redução dos postos de trabalho, a expropriação das terras dos pequenos produtores e a geração de fluxos migratórios campo-cidade.

Os dados evidenciam a redução dos postos de trabalho na agricultura. Ao mesmo tempo indicam, seja pela origem e destino predominante das trocas migratórias, seja pelos resultados do questionário aplicado no campo, que a intenção não é a fuga do rural rumo ao urbano moderno e de oportunidades, mas a fuga da falta de perspectivas gerada pela desestruturação da principal atividade econômica em número de postos de trabalho – caso da maior parte dos municípios do grupo evasão - para uma situação melhor.

Os resultados apresentados indicam que, apesar da relativização do fator econômico enquanto causa, como debatido pela bibliografia apresentada, ele está na base da explicação. Do ponto de vista demográfico, corre-se o risco, ao reduzir demasiadamente a população destes municípios com economia predominante rural e, como resultado da seletividade migratória inerente destes fluxos, de dificultar ainda mais a dinâmica econômica destes municípios, tanto pelo acelerado envelhecimento da população como pela redução da produtividade associada ao trabalho, ambos resultado da emigração dos jovens.

A migração, no atual contexto de mortalidade e fecundidade estáveis em baixos níveis, tem papel preponderante na dinâmica demográfica, na vida econômica, social e política de municípios e regiões de um país tão extenso quanto o Brasil.

Como questões para aprofundamento, mostra-se necessário analisar detalhadamente a evolução recente da concentração fundiária no estado, da produtividade agrícola e a relação destas com as modificações do volume de oportunidades empregatícias. Tal análise permitirá compreender se a constante e persistente emigração de parte dos municípios do interior resultam puramente de estagnação econômica ou são impactos da modernização.

Fica ressaltado, por fim, o papel da gestão pública em políticas voltadas a valorização do trabalho e do trabalhador do campo, sobretudo das pequenas propriedades, para que melhores perspectivas econômicas sejam criadas e viabilize a permanência, numa visão integrada entre o urbano e o rural. Num momento em que a técnica e a tecnologia estão acessíveis e o modo de vida urbano chega às pequenas cidades, cabe o oferecimento de melhores condições de vida para que a opção de permanecer ou sair possam ser decisões pessoais, e de perspectivas de vida.

Referências

BAILEY, A. *Making population geography*. Routledge, 2014.

BOECHAT, C. A.; KLUCK, E. G. J. O debate sobre as “sete teses do mundo rural brasileiro”: um breve balanço recente sobre a modernização (conservadora). **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 25, n. 2, p. 430–455, 2017. Disponível em: < <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/881>>.

BRENNER, N. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP**, vol.1, n. 33, , 2013. p. 198–220. Disponível em: < <http://www.periodicos.usp.br/geousp/article/view/74311>>.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes:

Textos para discussão. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <

<https://core.ac.uk/download/pdf/6227031.pdf>>.

BRITO, F. A transição para um novo padrão migratório no Brasil. **Textos para discussão.** Belo Horizonte, 2015. Disponível em: < <https://ideas.repec.org/p/cdp/texdis/td526.html> >.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E. SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Eds.). **O mundo rural no século 21.** Brasília: Embrapa, 2014, p. 1160-1182.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 15, n. 2, p. 45–65, 1998. Disponível em: < <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2651>>.

CAMPOS JÚNIOR; C. T. de; GONÇALVES, T. M. Produção do espaço urbano da Serra-Espírito Santo: estratégias recentes da construção imobiliária. **Mercator**, vol.8, n.17, 2009. Disponível em: < <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/334>>.

CASTIGLIONI, Aurélia H. **Migration, urbanisation et développement.** Le cas de l'Espírito Santo - Brésil, Bruxelles: CIACO, 1989.

CASTIGLIONI A. H. Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. **Geografares**, n.7, p.93-109, 2009. Disponível em: < <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/153>>.

CHAMPION, T.; HUGO, G. Introduction: Moving beyond the urban-rural dichotomy. *New forms of urbanization: Beyond the urban-rural dichotomy*, 2004.

CUNHA, J. M. P. da; BAENINGER, R. Lãs migraciones internas em el Brasil Contemporáneo. **Notas de Población**, Año XXXII, n. 82. CEPAL/CELADE, 2007. Disponível em: < <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/12783>>.

CUNHA, J. M. P. da. Descontinuidade no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1970/1991: qual o efeito da crise? **Rev. Bras. Est. Pop., Brasília**, vol.16, n.3, 1999. Disponível em: < <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/download/858/824>>.

DAVIS, Mike. **Planeta favela.** Boitempo Editorial, 2015.

DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. **Mobilidade espacial da população e planejamento:** considerações sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). [mimeo], 2018.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Investimentos concluídos no Espírito Santo 2008-2011. Vitória, ES, 2013. Disponível em: <<http://ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/4387>>.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Investimentos concluídos no Espírito Santo 2015-202. Vitória, ES, 2016. Disponível em: <<http://ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/5372>>.

JURADO, C.; TOBASURA, I. Dilema de la juventud en territorios rurales de Colombia: ¿campo o ciudad? **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, vol. 10, n. 1, p. 63-77, 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3929849>>.

KING, R. Geography and migration studies: Retrospect and prospect. **Population, space and place**, vol. 18, n. 2, p. 134-153, 2012. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/psp.685>>.

OJIMA, R. Urbanização, dinâmica migratória e sustentabilidade no semiárido nordestino: o papel das cidades no processo de adaptação ambiental. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, vol. 15, n. 29, 2013, p. 35-54. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/4028/402837816002/>>.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões?. In: Encontro Nacional sobre Migração, 1998. **Anais...** Curitiba: Abep/Ipardes, 1998.

RIGOTTI, J. I. R. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários**: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. 142 fl. Tese (Doutorado) – CEDEPLAR – UFMG, Belo Horizonte, 1999.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 3 ed. CEBRAP, Brasiliense, 1976.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, N. C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SIQUEIRA, M. da P. S. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo-1950/1990. **Revista de História e Estudos Culturais**: Fênix, Uberlândia, v. 6, n. 4, p. 1-16, 2009.

TACOLI, C.; McGRANAHAN, G.; SATTERTHWAITTE, D. Urbanization, Poverty and Inequity: Is Rural-Urban Migration a Poverty Problem, or Part of the Solution? In: MARTINE, G.; McGRANAHAN, G.; MONTGOMERY, M.; FERNÁNDEZ- CASTILLA, R. (eds.). **The new global frontier**: urbanization, poverty and environment in the 21st Century. London: Earthscan, 2008.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, p. 61-78, 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/275/27543071004/>>.

ZANOTELLI, C. L. A migração para o litoral: o caso dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). **Geografares**, v.1, n.1, p.29-40, 2000. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1161>>.

ZANOTELLI, C. L.; DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. A bacia urbano-regional do petróleo da zona costeira do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. In: **Anais do XV Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Salvador-BA, 2017. Disponível em: <http://www.inscricoesxvsimpurb.ufba.br/modulos/consulta&relatorio/rel_download.asp?nome=88698.docx>.